



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638265 - SP (2021/0000492-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABRIEL KENJI WASANO MISAKI - SP305314
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALEXANDRE RUIZ DE FREITAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALEXANDRE RUIZ DE FREITAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2190961-63.2020.8.26.0000).

O paciente foi sentenciado em 11/8/2020 às penas privativa de liberdade de 5 anos de reclusão em regime inicial fechado e de 500 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Impetrado *habeas corpus* na origem, a liminar foi indeferida em 14/8/2020. Sobreveio acórdão em 24/10/2020 pelo não conhecimento do *writ* por inadequação da via eleita, uma vez que há recurso específico para discutir a matéria suscitada.

Impetrado *habeas corpus* no STJ (HC n. 627.990/SP) a relatora, Ministra Laurita Vaz, em 27/11/2020, não conheceu do *writ* por supressão de instância, mas concedeu a ordem de ofício para determinar que o TJSP se manifestasse sobre o mérito do *habeas corpus* na origem.

Em cumprimento ao *decisum*, o TJSP em 5/12/2020, analisando o mérito, denegou a ordem com a seguinte ementa (fl. 86):

HABEAS CORPUS ALEGAÇÃO DE QUE O PACIENTE SOFRE CONSTRANGIMENTO ILEGAL, POSTO QUE FOI FIXADO REGIME PRISIONAL INICIAL FECHADO PARA DESCONTO DA REPRIMENDA AFLITIVA, QUE PRETENDE VER ALTERADO PARA A MODALIDADE ABERTA, E SUBSTITUÍDA A PENA CORPORAL POR RESTRITIVA DE DIREITOS.
CONDENAÇÃO ESTRIBADA NOS TERMOS DO ART. 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/06.
CASO EM QUE NÃO SE VERIFICA O ALEGADO

CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

No presente *habeas corpus*, a impetrante defende a aplicação do redutor do § 4º do art. 33 da Lei de Drogas, bem como a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos e afirma que a estipulação de regime mais severo do que o aplicável à espécie não possui motivação idônea, desprezando a detração penal. Defende ser o paciente primário e possuidor de bons antecedentes e todas as circunstâncias do art. 59 do CP e do art. 42 da Lei de Drogas concorrem de forma positiva.

Requer, liminarmente, seja concedido o direito de recorrer em liberdade e, no mérito, pugna pela concessão da ordem para fixar o redutor de pena do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/06; substituir a pena privativa de liberdade por restritivas de direitos; fixar regime menos gravoso do que aquele estabelecido pelas instâncias ordinárias, inclusive pela detração.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente